

Estado. Convocação geral

Governo e bancada articulam defesa dos royalties

Deputados estaduais e federais se reúnem na segunda-feira com Casagrande para definir estratégias

DENISE ZANDONADI
dzandonadi@redgazeta.com.br

■ A negociação em torno de uma nova legislação para distribuição de royalties volta ao debate. Uma nova proposta foi apresentada, esta semana, pelo senador Wellington Dias (PT-PI). Por causa disso, o governador Renato Casagrande está convocando as bancadas federal e estadual e representantes da sociedade para uma reunião no Palácio Anchieta, às 14 horas de segunda-feira.

Casagrande disse que é necessário manter a mobilização da sociedade. A proposta do senador do Piauí prevê o pagamento de royalties para os Estados produtores com base no cálculo sobre a média dos royalties pagos nos últimos cinco anos. Depois de retirar a parte dos produtores, o restante será dividido entre os Estados e municípios não produtores.

Outra preocupação do governo é quanto à decisão do presidente do Senado, José Sarney, de colocar em avaliação o veto do presidente Lula à Emenda Ibsen/Simon. O veto deve ser derrubado, o que significa que valerá o texto dos parlamentares gaúchos: os royalties dos campos já em produção serão divididos igualmente entre todos os Estados e municípios com base nos critérios de repasse do FPE e FPM.

A proposta defendida pelos governadores do Espírito Santo, Rio e São Paulo, os principais produtores, é a que prevê um projeto de lei que englobe as necessidades dos produtores e não produtores. "Somente depois de votar uma nova distribuição dos royalties é que devíamos avaliar o veto", diz o deputado federal Lelo Coimbra (PMDB/ES).

A nova proposta poderá tirar R\$ 660 milhões por ano de royalties do Estado e municípios capixabas. O cálculo leva em conta a previsão de o Espírito Santo receber, este ano, R\$ 1,2 bilhão em royalties e participação especial.

Interdição. Ausência de cerca é a alegação

DIVULGAÇÃO



V00. Vista do Aeroporto Municipal de Guarapari, que teve operações canceladas

Anac notifica e fecha aeroporto de Guarapari

Aviões tiveram seus voos transferidos para Vitória. Prefeitura alega que há proteção

KATILAINE CHAGAS
kchagas@redgazeta.com.br

■ O Aeroporto Municipal de Guarapari está interdito desde ontem, após notificação da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac).

No documento enviado à prefeitura da cidade, a agência só permite a reabertura do aeroporto após a instalação de telas de proteção no entorno da pista.

Como parte da pista é cercada por área verde, poderia ser invadida por animais e causar acidentes. Mas, segundo o coordenador do ae-

roporto, Carlos Eduardo Lagos Vintena, a cerca foi colocada há cerca de oito meses, após pedido de intervenção da própria Anac. "É uma tela grande, com 1,8 metro de altura e 950 metros de comprimento", garante Vintena.

O único trecho da pista sem tela, acrescentou, é no local que divide um muro com outra instituição. A pista possui 1.300m de extensão.

A prefeitura vai enviar para a Anac fotos da cerca para comprovar a intervenção no aeroporto. Enquanto isso, aviões de pequeno e médio porte que pousavam diariamente em Guarapari foram transferidos para o Aeroporto Eurico Salles, em Vitória.

CAPACIDADE

Segundo Vintena, o aere-

roporto de Guarapari tem capacidade para receber aviões com até 76 toneladas ou com capacidade para 110 pessoas.

O aeroporto recebe geralmente pousos particulares ou de táxi aéreo.

No pátio do terminal aeroportuário, cabem 50 aeronaves. Hoje estão estacionados no local seis, que, mesmo com a pista interdita podem decolar, caso tenham autorização da Anac.

Não foi estipulada multa para o aeroporto, segundo Carlos Vintena. "O prejuízo diário é incalculável. Mas acredito que nessa semana devem liberar".

A reportagem não conseguiu contato com a Anac para confirmar se há multa ou não prevista, nesse caso, para o aeroporto.